

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2026

Nota de Solidariedade às Vítimas das Chuvas em Minas Gerais



(Foto: Prefeitura Matias Barbosa/Divulgação)

É com profundo pesar que expressamos nossa solidariedade às famílias das vítimas das fortes chuvas que atingem o estado de Minas Gerais. Lamentamos profundamente as perdas humanas e materiais decorrentes dessa tragédia e estendemos nosso apoio a todos os que enfrentam dor, sofrimento e desamparo neste momento tão difícil.

As intensas chuvas escancaram, mais uma vez, a vulnerabilidade de milhares de brasileiros, principalmente daqueles que vivem em condições precárias, trabalhadores e comunidades de baixa renda, que historicamente são os mais afetados em momentos de calamidade. Uma combinação de falta de infraestrutura adequada, desigualdades sociais e ausência de planejamento urbano deixa essas populações à mercê de forças naturais e da negligência do poder público.

É inaceitável que, ano após ano, vidas sejam ceifadas e famílias inteiras percam o pouco que têm pela inexistência ou falha de políticas públicas preventivas. O que vemos é a ausência de sistemas de alerta precoce, a precariedade das habitações em áreas de risco, a falta de manutenção das infraestruturas críticas e insuficientes ações de planejamento urbano que poderiam, ao menos, minimizar o impacto dessas desastrosas chuvas.

Reiteramos a necessidade urgente de ações governamentais mais eficazes e responsáveis. É imprescindível que as autoridades invistam em

soluções de longo prazo, como obras de contenção, reforma habitacional para realocar moradores de áreas vulneráveis, criação de canais de escoamento eficientes e políticas públicas que priorizem quem mais precisa. Mais do que medidas paliativas, é preciso um compromisso concreto para prevenir tragédias futuras, protegendo vidas e garantindo a dignidade daqueles que continuam esquecidos pelas políticas públicas.

Fazemos um apelo às autoridades competentes para que essas questões sejam tratadas com a seriedade que merecem. Não podemos continuar assistindo inertes à repetição desse cenário catastrófico. É hora de superar a lógica da resposta tardia e implementar políticas preventivas e estruturais que façam jus à responsabilidade de cuidar do povo brasileiro.

A proteção da vida e o combate às desigualdades devem ser prioridades inegociáveis de qualquer governo comprometido com a justiça social. Seguiremos atentos e cobrando as ações necessárias para que tragédias como esta não devastem mais corações e sonhos, notadamente de quem depende de seu próprio trabalho para viver.

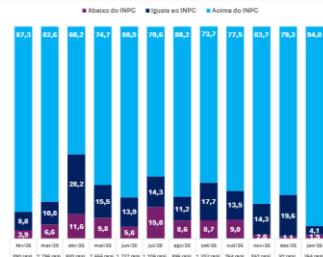
Nossa solidariedade e força a todos os atingidos. Estamos unidos em sua dor e em sua luta.

A Diretoria

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2026

Janeiro bate recorde nos aumentos reais

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC (em %) - Brasil, últimas 12 datas-bases



Janeiro deste ano foi o melhor mês, em 12, para as negociações coletivas. Segundo levantamento do Dieese, apoiado em 364 acordos negociados pelos Sindicatos, o aumento real contemplou 94% das categorias. Outro avanço se deu em relação ao índice do ganho salarial real, que em janeiro, na média, registrou 2,12%.

Os dados são divulgados no boletim mensal "De olho nas negociações". O informativo aponta apenas 1,9% dos acordos abaixo do INPC, o segundo mais baixo no período.

A Agência Sindical ouviu Vitor Pagani, diretor de Relações Sindicais do Dieese. Ele comenta: "A conjuntura boa fortalece o poder de barganha dos trabalhadores. E, vale destacar, todos os indicadores macroeconômicos são positivos, em que pese uma leve desaceleração econômica". Outro índice que Pagani destaca é o relativo às perdas. Ou seja, apenas 1,9% das negociações avaliadas mostrou acordos abaixo do INPC.

Janeiro também é o mês do aumento no salário mínimo, que, neste ano, subiu 6,79%. O ganho real do mínimo, bem acima da inflação do período, pode favorecer negociações e elevar Pisos de categorias sem maior poder de barganha. "Nesses casos, um aumento maior no salário mínimo influi também nas negociações dos Pisos das categorias", afirma o técnico do Dieese.

Segundo o "De olho nas negociações", no mês de dezembro, os aumentos reais haviam ficado em 79,3%. Portanto, bem abaixo dos 94% deste janeiro.

Em janeiro também entrou em vigor a nova regra do Imposto de Renda, isentando salário até R\$ 5 mil. Conquista, que beneficia em torno de 15 milhões de assalariados, foi negociada pelas Centrais Sindicais com o presidente Lula.

Mais – Pesquisa "[de olho nas negociações](#)" e site do [Dieese](#).

Fonte: Agência Sindical

Eletricitários SP acompanham pautas da Previdência no CNPS

Sindicato dos Eletricitários SP participa do CNPS, acompanha decisões sobre ressarcimentos e crédito consignado e reforça a defesa da Previdência Social pública e dos aposentados



Na terça-feira, 24, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunziato, Chicão, participou da 322ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social.

Além disso, Chicão ocupa cadeira no Conselho como representante dos aposentados e pensionistas, assegurando participação desse segmento nas discussões e deliberações nacionais sobre a Previdência.

Na reunião, estiveram presentes o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, o presidente do INSS, Gilberto Waller Junior, e representantes governamentais, patronais e trabalhistas nacionais. Segundo a pauta, o Conselho debateu ressarcimentos por descontos associativos, decisões do INSS sobre crédito consignado, apresentação do CRPS e resultados atualizados do RGPS nacional.

Esses temas afetam aposentados e pensionistas, pois envolvem denúncias de descontos indevidos e, portanto, exigem transparência, fiscalização rigorosa e proteção efetiva aos beneficiários da Previdência.

Durante o encontro, Chicão defendeu respeito aos aposentados, afirmou que a Previdência deve proteger direitos e reiterou o compromisso sindical com acompanhamento permanente das decisões.

Assim, o Sindicato seguirá atuando no CNPS, acompanhando desdobramentos, informando a categoria e defendendo a Previdência Social pública para trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas brasileiros.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2026

Promulgado protocolo da OIT contra trabalho forçado

Texto publicado no Diário Oficial prevê aumento da fiscalização



© Ministério Público do Trabalho – Divulgação

O Diário Oficial da União publica nesta quinta-feira (25) o Decreto nº 12.857/2026, que promulga o Protocolo de 2014 relativo à Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

O documento, aprovado por mais de 180 países em 2014, complementa a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e atualiza compromissos internacionais voltados à prevenção do trabalho forçado, à proteção das vítimas e ao fortalecimento de mecanismos de fiscalização e responsabilização.

A promulgação insere o texto formalmente no ordenamento jurídico brasileiro. Entre outros pontos, a medida amplia o alinhamento do país a parâmetros internacionais de direitos humanos e impacta políticas públicas de inspeção do trabalho, persecução penal e responsabilização administrativa.

Veja algumas medidas previstas no documento para prevenir o trabalho forçado ou obrigatório:

- Acesso à educação e informação a empregadores e pessoas consideradas vulneráveis;
- Aumento da fiscalização esforços para que serviços de inspeção do trabalho sejam fortalecidos;
- Proteção de pessoas, principalmente de trabalhadores migrantes, contra práticas abusivas e fraudulentas nos processos de recrutamento;
- Fortalecimento dos setores público e privado que atuam na prevenção; e
- Ações para abordar as causas profundas e os fatores que aumentam o risco de trabalho forçado ou compulsório.

Fonte: Agência Brasil

Paulo Azi é escolhido relator da PEC do fim da escala 6x1 na CCJ

Ex-presidente da CCJ promete ampliação do debate para chegar a texto consensual sobre nova jornada de trabalho.



Paulo Azi possui bom relacionamento tanto com o Executivo quanto com partidos da oposição. Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

O deputado Paulo Azi (União-BR) foi escolhido pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Leur Lomanto Júnior (União-BR), e pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para assumir a relatoria das duas propostas de emenda à Constituição que estabelecem o fim da jornada de trabalho 6x1.

Caberá ao congressista proferir um parecer defendendo se a proposta está ou não em adequação com os princípios constitucionais. Se aprovado o texto, ele seguirá para uma comissão especial encarregada da análise de mérito.

Paulo Azi foi presidente da CCJ em 2025, e possui reputação de parlamentar equilibrado, com pontes tanto na base do governo quanto na oposição. Em suas redes sociais, disse reconhecer que a matéria "é um anseio de milhões de brasileiros", e que buscará construir um parecer que atenda às necessidades de empregados e empregadores.

"O interesse nosso é avançar e dar uma resposta efetiva aos trabalhadores do nosso país e também àqueles que empregam, para que nós possamos construir uma solução que tenha consenso e que principalmente faça avançar a legislação trabalhista do nosso país", afirmou.

O congressista foi citado por Leur Lomanto Júnior como um parlamentar "experiente e equilibrado". Hugo Motta ressaltou que a escolha permitirá um debate "feito com muita responsabilidade e ouvindo também quem prega, os empresários, os micro e pequenos empreendedores que estão espalhados Brasil afora".

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2026**Prioridade legislativa**

O debate sobre o fim da jornada 6x1 foi adotado como prioridade na agenda legislativa do governo para o ano de 2026. As duas principais propostas sobre o tema na Câmara dos Deputados, as PECs 8/2025 e 221/2019, estavam em debate no ano anterior em uma subcomissão vinculada à Comissão de Trabalho, onde enfrentada dificuldades para avançar.

Este ano, Hugo Motta transferiu a matéria diretamente à CCJ, abrindo espaço para a ampliação do debate e a construção de um novo acordo de votação.

No Senado, a PEC 148/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada na CCJ no final de 2025, e aguarda deliberação em Plenário para poder seguir para a Câmara. O governo trabalha ainda uma a construção de uma terceira proposição que unifique as principais iniciativas em tramitação.

Fonte: Congresso em Foco

Paim defende Previdência Social e critica capitalização

Jefferson Rudy/Agência Senado

Em pronunciamento no Plenário nesta terça-feira (24), o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a Previdência Social. O parlamentar afirmou que o sistema representa um dos principais instrumentos de proteção social do país e destacou que o debate não deve se restringir a números, mas considerar os impactos na vida da população. Segundo ele, a Previdência garante renda, dignidade e segurança a trabalhadores, aposentados e pensionistas.

— Nossa luta é clara e é histórica: proteger a previdência da mão grande do mercado, que sempre a está olhando como alvo para privatizar; garantir que nenhum trabalhador fique desamparado em momentos difíceis, quando a idade avança. Não aceitaremos reformas que retirem direitos, nem capitalização, nem desmonte, nem privatização. A

previdência é um patrimônio do povo brasileiro. Ajudei a construir, lá na Assembleia Nacional Constituinte, esse conceito tão importante — declarou.

O senador criticou propostas de capitalização e de privatização do sistema, afirmando que tais medidas podem ampliar desigualdades. Ele defendeu ainda mudanças na forma de contribuição das empresas, sugerindo que a base de cálculo considere o faturamento, e não apenas a folha de salários. Para Paim, é necessário fortalecer a arrecadação, combater a sonegação e revisar políticas que, segundo ele, prejudicam o financiamento da seguridade social.

— A Previdência Social é uma das maiores políticas de inclusão social da história do Brasil. Atacar a Previdência é atacar os mais vulneráveis, é atacar o trabalhador rural, a pessoa com deficiência, o idoso pobre, seja do campo ou da cidade, a viúva, os órfãos. A Previdência não é problema, ela é solução. Ela não é obstáculo ao desenvolvimento, ela é motor do desenvolvimento social e econômico. Ela não é privilégio, é direito — disse.

Fonte: Agência Senado

Fórum Nacional de MULHERES
Trabalhadoras das Centrais Sindicais

CSB CTB CUT

CONVITE
Abertura
do Março
Mulher 2026

O Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais (FNMT-CS), convida todas e todos para uma panfletagem que será realizada com o objetivo de reforçar a importância do combate ao feminicídio, da defesa da Política Nacional do Cuidado e da garantia da igualdade salarial entre homens e mulheres. Será um momento de mobilização em defesa da vida das mulheres, da valorização do cuidado e da promoção de justiça e equidade no mundo do trabalho.

Dia 02 de Março de 2026 às 06h30 da manhã
Local: Estação de Trem do Brás - Largo da Concórdia